


O LABIRINTO SIMBÓLICO DA CIDADE: LUGARIZAÇÃO, LUGARIDADE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO URBANO CONTEMPORÂNEO

THE SYMBOLIC LABYRINTH OF THE CITY: PLACE-MAKING, SENSE OF PLACE, AND THE PRODUCTION OF SUBJECTIVITIES IN CONTEMPORARY URBAN SPACE

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.060-001>

Everton Nery Carneiro

Doutorado em Teologia e pós-doutorado em Educação
Universidade do Estado da Bahia

E-mail: ecarneiro@uneb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1209808259228932>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4240-1246>

RESUMO

Este artigo investiga os processos de produção de subjetividades urbanas a partir dos conceitos de lugarização e lugaridade, propondo o conceito de labirinto simbólico como categoria analítica para compreender a experiência da cidade contemporânea. Parte-se da hipótese de que a cidade não constitui apenas uma estrutura física ou funcional, mas um território simbólico atravessado por memórias, afetos, relações de poder e disputas por reconhecimento. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e hermenêutica, articulando contribuições da psicanálise lacaniana, da geografia humanística, da geografia crítica e da crítica cultural. A análise dialoga com autores como Jacques Lacan, Yi-Fu Tuan, Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey e Raquel Rolnik, tomando como referências empíricas o Terreiro de Jesus, em Salvador, e o Palácio das Artes, em Belo Horizonte. Os resultados indicam que os processos de lugarização e lugaridade constituem mecanismos centrais da produção das subjetividades urbanas, enquanto o labirinto simbólico permite compreender as tensões entre pertencimento, alienação, exclusão e resistência presentes no espaço urbano. Conclui-se que o direito à cidade envolve não apenas o acesso aos recursos materiais, mas também a possibilidade de produzir sentidos, construir pertencimentos e participar da configuração simbólica dos territórios.

Palavras-chave: Lugarização; Lugaridade; Produção de Subjetividades; Labirinto Simbólico; Territorialidade Urbana.

ABSTRACT

This article investigates the processes involved in the production of urban subjectivities through the concepts of place-making and placeness, proposing the concept of the symbolic labyrinth as an analytical

category for understanding the experience of the contemporary city. The study is grounded on the hypothesis that the city is not merely a physical or functional structure, but a symbolic territory traversed by memories, affects, power relations, and struggles for recognition. Methodologically, the research adopts a qualitative approach of a bibliographic and hermeneutic nature, articulating contributions from Lacanian psychoanalysis, humanistic geography, critical geography, and cultural criticism. The analysis engages with the works of Jacques Lacan, Yi-Fu Tuan, Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey, and Raquel Rolnik, taking as empirical references the Terreiro de Jesus in Salvador and the Palácio das Artes in Belo Horizonte. The findings indicate that the processes of place-making and placeness constitute central mechanisms in the production of urban subjectivities, while the symbolic labyrinth enables an understanding of the tensions between belonging, alienation, exclusion, and resistance that permeate urban space. The study concludes that the right to the city involves not only access to material resources but also the possibility of producing meanings, constructing forms of belonging, and participating in the symbolic configuration of territories.

Keywords: Place-Making; Sense of Place; Production of Subjectivities; Symbolic Labyrinth; Urban Territoriality.

1 INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea não pode ser reduzida a um conjunto de edificações, infraestruturas e fluxos econômicos. Ela constitui um território simbólico onde se produzem subjetividades, identidades, memórias e formas de pertencimento. Nesse sentido, a experiência urbana ultrapassa sua materialidade física e se inscreve em processos culturais, políticos, afetivos e existenciais que moldam os modos pelos quais os sujeitos habitam, significam e disputam os espaços que ocupam.

As transformações da modernidade produziram cidades marcadas por profundas contradições. Ao mesmo tempo em que ampliaram possibilidades de circulação, diversidade cultural e encontros sociais, também intensificaram desigualdades territoriais, fragmentações comunitárias e formas renovadas de exclusão. A cidade tornou-se espaço privilegiado da promessa de reconhecimento, mas também cenário de invisibilidades, sofrimentos psíquicos e disputas por legitimidade simbólica.

Partindo dessa compreensão, este artigo propõe interpretar a cidade como um labirinto simbólico. Diferentemente de uma simples metáfora descritiva, o conceito é aqui apresentado como categoria analítica destinada a compreender os processos pelos quais os sujeitos produzem sentidos, constroem pertencimentos e enfrentam experiências de exclusão no espaço urbano.

O labirinto simbólico designa a trama de relações afetivas, culturais, políticas e imaginárias que atravessam a experiência urbana. Trata-se de um campo de forças no qual memórias, discursos, desejos e disputas por reconhecimento produzem trajetórias não lineares de subjetivação. A cidade aparece, assim,

como espaço simultâneo de orientação e desorientação, pertencimento e estranhamento, reconhecimento e invisibilidade.

Essa formulação permite deslocar a análise da cidade para os processos de lugarização e lugaridade, compreendidos como mecanismos fundamentais da produção de subjetividades urbanas. A lugarização refere-se ao processo por meio do qual os sujeitos atribuem sentidos aos espaços que habitam, enquanto a lugaridade diz respeito às qualidades simbólicas, históricas e afetivas que tornam determinados territórios reconhecíveis e significativos. Ambos os conceitos constituem o eixo organizador desta investigação.

Dessa forma, o problema central deste estudo não consiste apenas em compreender como a cidade produz subjetividades, mas em investigar como os processos de lugarização e lugaridade operam na constituição das subjetividades urbanas contemporâneas e de que modo o labirinto simbólico da cidade produz simultaneamente pertencimento, alienação e resistência.

A investigação dialoga com diferentes tradições teóricas, articulando contribuições da psicanálise lacaniana, da geografia humanística, da antropologia estrutural e da crítica social. Entretanto, para além desse diálogo interdisciplinar, o artigo incorpora a tradição latino-americana de reflexão sobre a cidade e o território, especialmente a partir de Milton Santos, David Harvey e Raquel Rolnik.

Milton Santos compreende o espaço urbano como resultado de processos históricos e sociais que articulam técnica, poder e existência. O território não é mero suporte das relações humanas, mas dimensão constitutiva da experiência social. David Harvey, por sua vez, demonstra que o direito à cidade não se limita ao acesso aos bens urbanos, mas envolve a participação coletiva na produção e transformação dos espaços. Já Raquel Rolnik evidencia como os processos contemporâneos de financeirização da cidade aprofundam mecanismos de segregação territorial e exclusão simbólica.

Essas contribuições permitem compreender que os processos de lugarização e lugaridade não ocorrem em espaços neutros, mas em territórios atravessados por relações de poder, desigualdades econômicas e disputas por reconhecimento. O labirinto simbólico da cidade é, portanto, também um labirinto político, no qual diferentes grupos sociais lutam para inscrever suas memórias, narrativas e formas de existência no espaço urbano.

Como campo empírico de análise, são examinados o Terreiro de Jesus, em Salvador, e o Palácio das Artes, em Belo Horizonte. Embora distintos em suas trajetórias históricas e culturais, ambos evidenciam como os processos de lugarização e lugaridade atuam na constituição dos sujeitos urbanos e na produção dos sentidos da cidade.

A hipótese que orienta o estudo sustenta que a cidade contemporânea opera como um labirinto simbólico no qual os processos de lugarização e lugaridade constituem os principais mecanismos de produção das subjetividades urbanas. Nesse contexto, pertencimento, alienação e resistência não aparecem

como experiências isoladas, mas como dimensões simultâneas e interdependentes da vida urbana contemporânea.

2 LUGARIZAÇÃO E LUGARIDADE: FUNDAMENTOS DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES URBANAS

Compreender a cidade contemporânea exige ultrapassar as abordagens que a reduzem a uma estrutura física, administrativa ou econômica. Embora ruas, edifícios, equipamentos públicos e redes de circulação sejam elementos constitutivos da materialidade urbana, eles não esgotam a complexidade da experiência cidadina. A cidade é também um território simbólico, afetivo e político, produzido por memórias, narrativas, disputas e formas de pertencimento. Nesse horizonte, os conceitos de lugarização e lugaridade emergem como categorias fundamentais para compreender os processos pelos quais os sujeitos produzem sentidos, constroem identidades e estabelecem vínculos com os espaços que habitam.

A centralidade dessas categorias decorre do reconhecimento de que os seres humanos não vivem apenas em espaços físicos, mas em espaços significados. Habitar não consiste simplesmente em ocupar um território; significa produzir relações simbólicas que tornam esse território inteligível, afetivamente relevante e existencialmente habitável. Como observa Tuan (1980), o espaço transforma-se em lugar quando passa a ser vivido, experimentado e investido de significado. A passagem do espaço ao lugar não é automática nem natural, mas resultado de processos históricos, culturais e subjetivos que vinculam os sujeitos aos territórios.

É precisamente nesse movimento que se situa a noção de lugarização. A lugarização pode ser compreendida como o processo contínuo por meio do qual os indivíduos e coletividades atribuem significados aos espaços, transformando-os em referências de memória, identidade e pertencimento. Trata-se de um fenômeno dinâmico, produzido pela interação entre sujeitos, práticas sociais e territorialidades. O espaço deixa de ser apenas localização geográfica e passa a constituir-se como extensão simbólica da existência humana.

David Seamon (2017) enfatiza que a experiência cotidiana desempenha papel decisivo nesse processo. Os trajetos repetidos, os encontros habituais, os rituais comunitários e as práticas culturais produzem familiaridade e reconhecimento, permitindo que determinados espaços sejam incorporados à experiência subjetiva. Nesse sentido, a lugarização não é um ato isolado, mas uma construção permanente que articula corpo, memória e território.

A lugaridade, por sua vez, refere-se ao conjunto de qualidades simbólicas, históricas, culturais e afetivas que tornam um lugar singular e reconhecível. Enquanto a lugarização enfatiza o processo, a lugaridade evidencia o resultado provisório desse movimento. Ela corresponde à densidade de sentidos

acumulados em determinado território ao longo do tempo, constituindo aquilo que permite aos sujeitos identificar um lugar como portador de significado.

Entretanto, lugarização e lugaridade não devem ser compreendidas como categorias separadas ou opostas. Ambas constituem dimensões complementares de um mesmo fenômeno. Todo processo de lugarização produz formas de lugaridade, assim como toda lugaridade resulta de processos históricos de lugarização. Trata-se de uma relação dialética na qual experiência e significado, prática e memória, sujeito e território se constituem mutuamente.

Essa compreensão permite superar leituras dicotômicas frequentemente presentes nos estudos urbanos. Durante muito tempo, o espaço foi concebido como uma realidade objetiva e exterior ao sujeito, enquanto a subjetividade era entendida como dimensão exclusivamente interna e individual. A perspectiva aqui adotada rompe com essa separação. O espaço participa da constituição da subjetividade ao mesmo tempo em que é continuamente transformado pelas ações e interpretações dos sujeitos.

A geografia crítica latino-americana oferece importantes contribuições para aprofundar essa discussão. Milton Santos (2008) argumenta que o espaço não pode ser compreendido como cenário passivo das relações sociais. Ele é produto histórico de múltiplas interações econômicas, políticas e culturais, constituindo-se como dimensão ativa da vida social. Para o autor, o território é simultaneamente materialidade e experiência, técnica e existência. Essa formulação permite compreender que os processos de lugarização e lugaridade não se desenvolvem em abstrações espaciais, mas em territórios concretos atravessados por desigualdades e relações de poder.

A partir dessa perspectiva, a produção das subjetividades urbanas revela-se inseparável da produção do espaço. Os sujeitos não apenas habitam a cidade; eles são produzidos por ela. Suas formas de perceber, desejar, lembrar e interpretar o mundo são atravessadas pelas experiências territoriais que vivenciam. O bairro, a praça, a escola, o mercado, o centro cultural e os espaços religiosos tornam-se dispositivos de formação subjetiva, moldando modos de ser e de existir.

Essa relação entre território e subjetividade aproxima-se também das reflexões de Henri Lefebvre (2001), para quem o espaço é sempre socialmente produzido. O autor demonstra que a cidade constitui um campo de disputas no qual diferentes grupos lutam para afirmar suas formas de uso, apropriação e significação do território. A produção do espaço é inseparável da produção das relações sociais. Consequentemente, a produção das subjetividades urbanas ocorre em meio a conflitos, negociações e assimetrias de poder.

Nesse contexto, a cidade pode ser compreendida como um vasto laboratório de subjetivação. Cada espaço urbano carrega possibilidades distintas de reconhecimento, pertencimento e exclusão. Certos territórios favorecem a construção de vínculos afetivos e identitários, enquanto outros produzem experiências de invisibilidade, deslocamento e alienação. Os processos de lugarização e lugaridade tornam-

se, assim, centrais para compreender as formas pelas quais os sujeitos se situam no mundo e atribuem sentido às suas experiências.

A psicanálise lacaniana oferece uma contribuição complementar a essa discussão. Embora Lacan não tenha desenvolvido uma teoria do espaço urbano, sua compreensão do sujeito como efeito da linguagem permite pensar a cidade como um campo de significações que participa da constituição subjetiva. O sujeito emerge na relação com o Outro, isto é, com o universo simbólico que o antecede e o atravessa. A cidade, nesse sentido, pode ser compreendida como uma das expressões materiais e simbólicas desse Outro, oferecendo repertórios de significação, modelos de pertencimento e formas de reconhecimento.

Os processos de lugarização tornam-se particularmente relevantes porque permitem ao sujeito construir ancoragens simbólicas diante da instabilidade característica da vida contemporânea. Em um contexto marcado pela aceleração dos fluxos, pela mobilidade constante e pela fragilidade dos vínculos sociais, a produção de lugares assume uma função existencial. Os lugares oferecem continuidade, memória e reconhecimento em meio às transformações incessantes da vida urbana.

Entretanto, a distribuição dessas possibilidades é profundamente desigual. Nem todos os sujeitos possuem as mesmas condições de produzir pertencimento ou de acessar territórios socialmente valorizados. As desigualdades econômicas, raciais, culturais e territoriais interferem diretamente nos processos de lugarização e lugaridade. A cidade contemporânea produz simultaneamente espaços de acolhimento e espaços de exclusão, territórios de reconhecimento e territórios de invisibilidade.

É justamente nesse ponto que emerge a relevância do conceito de labirinto simbólico proposto neste artigo. Os processos de lugarização e lugaridade não ocorrem em espaços neutros ou homogêneos, mas em territórios atravessados por disputas, contradições e relações de poder. O labirinto simbólico designa precisamente essa complexa rede de sentidos, afetos e conflitos que estrutura a experiência urbana. Os sujeitos constroem seus percursos em meio a memórias, discursos e territorialidades frequentemente contraditórias, produzindo formas singulares de pertencimento e resistência.

Dessa forma, lugarização e lugaridade não constituem apenas categorias descritivas da experiência espacial. Elas representam mecanismos fundamentais de produção das subjetividades urbanas. É por meio delas que os sujeitos transformam espaços em lugares, atribuem sentido às suas trajetórias e constroem referências simbólicas para orientar sua existência. Compreender esses processos significa compreender a própria cidade como território de formação humana, disputa política e criação de sentidos.

Essa perspectiva oferece a base teórica para as discussões subseqüentes. Se os processos de lugarização e lugaridade constituem os fundamentos da produção de subjetividades urbanas, torna-se necessário investigar como eles são tensionados pelas dinâmicas de desejo, consumo, alienação e sofrimento que caracterizam a experiência contemporânea da cidade. É precisamente essa problemática que será examinada na próxima seção.

3 O LABIRINTO SIMBÓLICO E O MAL-ESTAR URBANO: DESEJO, CONSUMO E ALIENAÇÃO

Se os processos de lugarização e lugaridade constituem mecanismos fundamentais da produção das subjetividades urbanas, torna-se necessário compreender as forças que os tensionam, fragilizam ou interrompem. A cidade contemporânea não é apenas um espaço de construção de pertencimentos; ela é também um território onde se produzem experiências de desenraizamento, sofrimento e alienação. Nesse contexto, o conceito de labirinto simbólico revela sua potência analítica ao permitir compreender a coexistência entre vínculos e rupturas, reconhecimento e invisibilidade, desejo e frustração na experiência urbana.

O labirinto simbólico não representa apenas a complexidade da cidade, mas a condição existencial do sujeito que nela habita. Diferentemente do labirinto arquitetônico, cujos caminhos podem ser mapeados e percorridos, o labirinto simbólico é constituído por significados, afetos, discursos e relações de poder que se entrecruzam de forma muitas vezes contraditória. O sujeito urbano encontra-se permanentemente atravessado por múltiplas demandas de pertencimento, reconhecimento e realização, construindo sua trajetória em meio a signos frequentemente ambíguos e instáveis.

Essa condição torna-se particularmente evidente quando analisada a partir da psicanálise lacaniana. Para Lacan (1985), o sujeito humano não se constitui como uma identidade plena e acabada, mas como um ser marcado pela falta. O desejo emerge justamente dessa incompletude estrutural e torna-se o motor permanente da existência. Não desejamos porque possuímos carências específicas; desejamos porque somos constituídos pela falta. O desejo, portanto, não busca simplesmente objetos concretos, mas reconhecimento, sentido e completude.

A cidade contemporânea intensifica esse processo ao transformar-se em um vasto sistema de produção e circulação de desejos. O espaço urbano apresenta-se como uma imensa rede de estímulos visuais, simbólicos e mercadológicos que continuamente interpelam os sujeitos. Publicidade, vitrines, centros comerciais, plataformas digitais e redes sociais produzem imagens idealizadas de felicidade, sucesso e realização pessoal. A cidade torna-se um dispositivo permanente de convocação ao desejo.

Entretanto, o desejo urbano não encontra satisfação definitiva. Como afirma Lacan (1985), o desejo é sempre desejo do Outro. Deseja-se aquilo que se acredita ser valorizado socialmente; deseja-se ser reconhecido pelo olhar do Outro. No contexto urbano, esse Outro assume múltiplas formas: o mercado, a mídia, as instituições, os grupos sociais e os padrões culturais dominantes. O sujeito passa a organizar sua existência em torno de expectativas de reconhecimento que frequentemente permanecem inalcançáveis.

É nesse ponto que o conceito de alienação adquire centralidade. Tradicionalmente associado à crítica marxista das relações de produção, o conceito pode ser ampliado para compreender os processos contemporâneos de desenraizamento simbólico. A alienação urbana não se manifesta apenas na exploração

econômica ou na desigualdade material. Ela se expressa também na dificuldade crescente dos sujeitos em construir vínculos significativos com os espaços, com os outros e consigo mesmos.

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que a alienação constitui uma crise dos processos de lugarização. Quando o sujeito deixa de reconhecer determinados espaços como territórios de pertencimento e significado, ocorre uma ruptura entre experiência e território. A cidade deixa de ser lugar e converte-se em mero espaço de circulação. O indivíduo transita pelas ruas, pelos centros comerciais e pelos equipamentos urbanos sem produzir vínculos duradouros com eles. Habita fisicamente a cidade, mas não a experiencia como extensão simbólica de sua existência.

Essa condição é agravada pelas transformações associadas à modernidade tardia. Bauman (2008) descreve a sociedade contemporânea como uma modernidade líquida, marcada pela fragilidade dos vínculos, pela instabilidade das relações e pela permanente substituição de referências identitárias. Nesse cenário, os processos de lugarização tornam-se cada vez mais difíceis. Os sujeitos são constantemente estimulados a deslocar-se, reinventar-se e consumir novas experiências, enquanto os espaços perdem sua capacidade de oferecer continuidade e enraizamento.

A lógica do consumo desempenha papel decisivo nesse processo. O capitalismo contemporâneo não comercializa apenas mercadorias; comercializa estilos de vida, identidades e formas de pertencimento. Os sujeitos são levados a acreditar que o reconhecimento social pode ser alcançado por meio do consumo de determinados bens, experiências e imagens. O espaço urbano converte-se, assim, em palco privilegiado da mercantilização dos desejos.

Entretanto, essa dinâmica produz um paradoxo fundamental. Quanto mais a cidade promete satisfação, mais amplia as experiências de frustração. Quanto mais multiplica as possibilidades de escolha, mais intensifica sentimentos de insegurança e insuficiência. O sujeito urbano encontra-se permanentemente convocado a alcançar padrões de felicidade e sucesso que se deslocam continuamente, tornando impossível sua realização plena.

Christian Dunker (2015) contribui significativamente para compreender esse fenômeno ao analisar as formas contemporâneas de sofrimento psíquico produzidas pela organização social do espaço. Para o autor, o mal-estar não pode ser interpretado exclusivamente como experiência individual. Ele é socialmente distribuído e espacialmente organizado. As cidades produzem modos específicos de desejar, sofrer e se relacionar, moldando a subjetividade por meio de seus dispositivos arquitetônicos, econômicos e simbólicos.

Nesse sentido, o mal-estar urbano pode ser compreendido como uma manifestação da tensão entre os processos de lugarização e as forças que promovem a desterritorialização simbólica dos sujeitos. De um lado, existe a necessidade humana de construir vínculos, pertencimentos e referências identitárias. De outro, atuam mecanismos sociais que fragmentam essas relações e transformam o espaço em mercadoria. O

resultado é uma experiência marcada por sentimentos de deslocamento, ansiedade e descontinuidade existencial.

A contribuição da geografia crítica amplia essa reflexão. Milton Santos (2008) demonstra que a globalização produz uma reorganização dos territórios baseada na lógica dos fluxos econômicos e informacionais. Os espaços passam a ser avaliados prioritariamente por sua funcionalidade econômica, reduzindo-se as possibilidades de apropriação simbólica e comunitária. A cidade torna-se cada vez mais eficiente para a circulação do capital, mas nem sempre para a produção de pertencimentos.

David Harvey (2014) acrescenta que a urbanização contemporânea está profundamente vinculada à reprodução das desigualdades sociais. O acesso aos espaços valorizados da cidade permanece condicionado por relações de classe, renda e poder. Isso significa que os processos de lugarização não se distribuem de forma homogênea. Certos grupos possuem maior capacidade de transformar espaços em lugares significativos, enquanto outros experimentam formas permanentes de exclusão territorial.

O labirinto simbólico da cidade manifesta-se, portanto, como espaço de disputas entre pertencimento e alienação. Seus corredores não são feitos apenas de ruas e edificações, mas de discursos, expectativas e relações de poder que orientam as trajetórias dos sujeitos urbanos. Cada experiência de reconhecimento convive com possibilidades de invisibilidade; cada construção de pertencimento enfrenta forças de desenraizamento.

Entretanto, o labirinto simbólico não produz apenas sofrimento. É precisamente nas fissuras da alienação que emergem possibilidades de resistência. Quando os sujeitos questionam os sentidos impostos pelo mercado e pelas estruturas de poder, abrem-se caminhos para novas formas de lugarização. A produção de vínculos comunitários, a ocupação simbólica dos espaços públicos, as manifestações culturais e as práticas coletivas de memória constituem estratégias de reapropriação do urbano.

Dessa forma, o mal-estar urbano não deve ser compreendido apenas como expressão de crise ou fracasso. Ele pode também revelar os limites dos modelos hegemônicos de produção da cidade e indicar a necessidade de outras formas de habitar o espaço urbano. O sofrimento torna-se, nesse contexto, um sintoma das contradições presentes no labirinto simbólico da modernidade e, simultaneamente, um ponto de partida para a construção de novas territorialidades.

Compreender essas dinâmicas é fundamental para a análise dos espaços concretos onde os processos de lugarização e lugaridade se manifestam. É justamente essa articulação entre território, memória, cultura e subjetividade que será examinada na próxima seção, por meio da análise do Terreiro de Jesus, em Salvador, e do Palácio das Artes, em Belo Horizonte, enquanto experiências emblemáticas de produção dos sentidos urbanos.

4 TERREIRO DE JESUS E PALÁCIO DAS ARTES: EXPERIÊNCIAS DE LUGARIZAÇÃO E LUGARIDADE

Se os processos de lugarização e lugaridade constituem mecanismos centrais da produção das subjetividades urbanas, torna-se necessário examiná-los em territórios concretos onde memória, cultura, poder e pertencimento se entrelaçam. Nesse sentido, o Terreiro de Jesus, em Salvador, e o Palácio das Artes, em Belo Horizonte, apresentam-se como espaços privilegiados para compreender como o labirinto simbólico da cidade se materializa em experiências urbanas específicas. Embora possuam origens históricas, funções sociais e configurações culturais distintas, ambos revelam a complexa relação entre território e subjetividade, demonstrando que os lugares não são apenas ocupados, mas continuamente produzidos por práticas sociais, disputas simbólicas e processos de significação.

A escolha desses dois espaços não se fundamenta apenas em sua relevância histórica ou cultural. Ambos representam formas distintas de produção dos sentidos urbanos e permitem observar como os processos de lugarização e lugaridade operam na constituição das subjetividades contemporâneas. Enquanto o Terreiro de Jesus evidencia a força da memória, da ancestralidade e da resistência cultural na produção do lugar, o Palácio das Artes revela as tensões entre democratização cultural, institucionalização da arte e acesso aos bens simbólicos da cidade.

O Terreiro de Jesus, localizado no Centro Histórico de Salvador, constitui um dos espaços mais emblemáticos da formação sociocultural brasileira. Sua importância ultrapassa sua dimensão arquitetônica ou turística. Trata-se de um território onde se cruzam diferentes temporalidades, tradições religiosas, experiências de resistência e disputas por reconhecimento. O espaço pode ser compreendido como uma verdadeira encruzilhada simbólica, na qual memórias coloniais, heranças africanas e identidades contemporâneas coexistem em permanente negociação.

Sob a perspectiva da lugarização, o Terreiro de Jesus revela a capacidade dos sujeitos e coletividades de atribuírem sentidos a um território historicamente marcado por relações de poder e desigualdade. Ao longo dos séculos, o espaço foi apropriado, reinterpretado e ressignificado por diferentes grupos sociais, tornando-se referência de pertencimento para múltiplas experiências culturais e religiosas. As práticas cotidianas, as manifestações artísticas, os cortejos populares, os encontros comunitários e as celebrações afro-brasileiras participam continuamente da produção simbólica desse lugar.

Sua própria denominação expressa a densidade do labirinto simbólico que o constitui. O termo "terreiro" remete imediatamente ao universo das religiões de matriz africana, aos espaços de culto dos orixás e às territorialidades construídas pelas populações negras ao longo da história brasileira. Por outro lado, a referência a "Jesus" evoca a tradição cristã e a presença da Igreja Católica como instituição central do processo colonial. A coexistência desses elementos não representa uma síntese harmoniosa, mas evidencia as tensões históricas que atravessam a formação social brasileira.

Nessa perspectiva, o Terreiro de Jesus pode ser compreendido como espaço de lugarização insurgente. As populações historicamente subalternizadas não apenas ocuparam o território, mas produziram novas camadas de significado que desafiaram as narrativas hegemônicas da cidade. O lugar torna-se, assim, expressão da capacidade humana de reinscrever memórias e construir pertencimentos mesmo em contextos marcados pela exclusão e pela violência simbólica.

A partir do conceito de lugaridade, o Terreiro de Jesus revela igualmente a densidade histórica e afetiva que caracteriza determinados territórios urbanos. Sua singularidade não decorre apenas de sua localização geográfica ou de seus atributos arquitetônicos, mas da complexa rede de significados acumulados ao longo do tempo. Trata-se de um lugar que concentra experiências de fé, memória, resistência e identidade, funcionando como referência simbólica para diferentes grupos sociais.

Essa condição aproxima-se das reflexões de Milton Santos (2008), para quem os territórios são simultaneamente materialidade e experiência. O Terreiro de Jesus não é apenas um espaço físico; é uma construção histórica produzida pelas práticas sociais que nele se desenvolveram. Sua lugaridade resulta precisamente dessa sedimentação de experiências coletivas que transformam o território em referência cultural e existencial.

Se o Terreiro de Jesus evidencia a potência da memória e da resistência na produção do lugar, o Palácio das Artes permite analisar outra dimensão dos processos de lugarização e lugaridade: a relação entre arte, institucionalidade e produção dos sentidos urbanos. Localizado no centro de Belo Horizonte, o complexo cultural ocupa posição estratégica na vida artística da cidade e constitui importante referência para a circulação de bens simbólicos e para a formação cultural de diferentes públicos.

O Palácio das Artes pode ser compreendido como território de lugaridade cultural. Sua relevância não está restrita à materialidade arquitetônica do edifício, mas à função simbólica que desempenha na construção das identidades urbanas. Concertos, exposições, espetáculos teatrais, atividades educativas e manifestações artísticas transformam o espaço em um centro de produção e circulação de significados.

Entretanto, sua própria denominação revela uma tensão característica do labirinto simbólico urbano. O termo "palácio" remete historicamente a espaços associados ao poder, à distinção social e à exclusividade. Já a arte, especialmente em suas expressões contemporâneas, frequentemente reivindica abertura, democratização e crítica social. A articulação desses dois termos produz um paradoxo revelador das ambiguidades presentes nas instituições culturais modernas.

A partir dessa perspectiva, o Palácio das Artes pode ser interpretado como espaço onde se confrontam diferentes projetos de cidade e de cultura. De um lado, existe o esforço de democratização do acesso aos bens culturais e de ampliação da participação pública. De outro, persistem barreiras simbólicas, econômicas e sociais que limitam a plena apropriação desses espaços por determinados grupos da

população. A produção da lugaridade ocorre, portanto, em meio a tensões entre inclusão e exclusão, abertura e distinção.

Essa análise torna-se particularmente relevante quando articulada às reflexões de David Harvey (2014) sobre o direito à cidade. O acesso aos espaços culturais não deve ser compreendido apenas como possibilidade de consumo de bens artísticos, mas como direito de participar da produção dos sentidos urbanos. A cultura constitui dimensão fundamental da cidadania e da construção dos pertencimentos coletivos.

Apesar das diferenças entre ambos os espaços, Terreiro de Jesus e Palácio das Artes compartilham uma característica fundamental: ambos demonstram que os lugares são continuamente produzidos por processos de lugarização e lugaridade. Nenhum deles possui significado fixo ou definitivo. Seus sentidos resultam das disputas, negociações e práticas sociais que se desenvolvem em seus territórios.

Essa constatação permite compreender que a cidade não é composta apenas por espaços físicos, mas por territórios simbólicos permanentemente reconstruídos pelos sujeitos que os habitam. Os lugares urbanos constituem pontos de condensação de memórias, afetos e relações de poder. Eles participam ativamente da formação das subjetividades ao oferecer referências de pertencimento, reconhecimento e identidade.

Sob essa perspectiva, o Terreiro de Jesus e o Palácio das Artes revelam dimensões complementares do labirinto simbólico da cidade. O primeiro evidencia a centralidade da memória, da ancestralidade e da resistência cultural na produção dos lugares. O segundo destaca a importância da arte, da cultura e das instituições simbólicas na construção dos sentidos urbanos. Ambos demonstram que a cidade é continuamente produzida por processos de significação que articulam território, subjetividade e poder.

Ao mesmo tempo, os dois casos evidenciam que a produção dos lugares não ocorre em contextos neutros. Ela é atravessada por desigualdades, disputas e conflitos que refletem as próprias contradições da vida urbana contemporânea. Compreender os processos de lugarização e lugaridade implica reconhecer que os lugares são também territórios de luta, onde diferentes grupos buscam inscrever suas memórias, afirmar suas identidades e reivindicar seu direito de participar da construção simbólica da cidade.

Essa discussão conduz à etapa final da reflexão. Se os lugares constituem espaços de produção de subjetividades e de disputa por reconhecimento, torna-se necessário compreender como a arte, a fome e as práticas de resistência atuam como mecanismos de reterritorialização simbólica no interior do labirinto urbano. É essa problemática que orientará a próxima seção.

5 ARTE, FOME E RESISTÊNCIA: PROCESSOS DE RETERRITORIALIZAÇÃO SIMBÓLICA

Se os processos de lugarização e lugaridade constituem mecanismos fundamentais de produção das subjetividades urbanas, é igualmente necessário compreender as estratégias por meio das quais sujeitos e coletividades resistem às dinâmicas de alienação, exclusão e desterritorialização produzidas pela cidade

contemporânea. Nesse contexto, a arte, a experiência da fome e as práticas de resistência emergem como elementos centrais para compreender os processos de reterritorialização simbólica que atravessam o labirinto urbano.

A noção de reterritorialização simbólica é utilizada aqui para designar os movimentos pelos quais indivíduos e grupos sociais produzem novos sentidos para os espaços urbanos, reconstruindo vínculos de pertencimento, memória e reconhecimento em territórios frequentemente marcados pela exclusão. Trata-se de um processo que não elimina os conflitos e desigualdades presentes na cidade, mas que possibilita a emergência de novas formas de existência, participação e produção de sentidos.

Nesse horizonte, a arte ocupa uma posição privilegiada. Mais do que expressão estética, ela constitui uma prática de significação capaz de transformar espaços em lugares e territórios em experiências compartilhadas. A arte produz narrativas, preserva memórias, denuncia silenciamentos e cria possibilidades de pertencimento onde anteriormente existiam apenas formas de invisibilidade. Ela atua como mecanismo de lugarização ao atribuir significado aos territórios e como instrumento de resistência ao desafiar os sentidos dominantes que organizam a experiência urbana.

A cidade contemporânea é atravessada por múltiplas formas de produção artística que participam diretamente da construção de suas territorialidades simbólicas. Música, literatura, teatro, grafite, dança, performances urbanas e manifestações populares não apenas representam a cidade, mas contribuem para sua produção simbólica. Ao ocupar ruas, praças, muros e espaços públicos, essas expressões reconfiguram a percepção dos territórios e ampliam as possibilidades de apropriação coletiva do espaço urbano.

Nesse sentido, as canções de Caetano Veloso e Jorge Aragão constituem importantes exemplos de produção simbólica da cidade. Em suas composições, o urbano deixa de ser simples cenário e transforma-se em experiência vivida, narrada e reinterpretada. As músicas produzem verdadeiras cartografias afetivas, revelando dimensões da cidade frequentemente invisibilizadas pelos discursos técnicos ou institucionais.

Em *Sampa*, Caetano Veloso descreve São Paulo não apenas como metrópole, mas como experiência existencial. A cidade aparece como território de estranhamento e descoberta, onde o sujeito constrói sua identidade em meio a encontros, deslocamentos e ambiguidades. A música transforma a experiência urbana em narrativa sensível, permitindo que a cidade seja compreendida a partir de seus afetos, tensões e contradições. O espaço urbano deixa de ser mera paisagem física para tornar-se espaço de elaboração subjetiva.

De forma semelhante, Jorge Aragão inscreve em suas canções os territórios populares da cidade, valorizando experiências frequentemente marginalizadas pelas narrativas hegemônicas. Seus sambas revelam a riqueza das sociabilidades produzidas nas periferias urbanas, demonstrando que a cidade também é construída pelos vínculos comunitários, pelas memórias compartilhadas e pelas formas coletivas de

resistência. A música torna-se, assim, instrumento de reterritorialização simbólica, permitindo que sujeitos historicamente invisibilizados afirmem sua presença no espaço urbano.

A arte revela, portanto, uma dimensão fundamental do labirinto simbólico da cidade: a capacidade de produzir sentidos alternativos para os territórios. Ela resiste à homogeneização promovida pela lógica mercantil e amplia as possibilidades de reconhecimento e pertencimento. Nesse processo, o artista aproxima-se da figura do flâneur descrita por Benjamin (1994), não como mero observador da cidade, mas como intérprete de suas contradições e criador de novas leituras sobre o urbano.

Entretanto, compreender a produção dos sentidos urbanos exige também enfrentar uma das experiências mais profundas da exclusão social: a fome. A contribuição de Josué de Castro permanece fundamental para essa reflexão. Ao demonstrar que a fome não constitui fenômeno natural, mas resultado de processos históricos e políticos, o autor desloca o debate para o campo das relações sociais e das desigualdades estruturais. A fome é produzida socialmente e expressa formas específicas de organização do território e da economia.

Todavia, a relevância de Josué de Castro para este estudo não se limita à compreensão da privação material. Sua reflexão permite ampliar o conceito de fome para além da ausência de alimento, incorporando dimensões simbólicas e existenciais da experiência urbana. A cidade contemporânea produz não apenas corpos famintos, mas também sujeitos privados de reconhecimento, pertencimento e participação social.

Sob essa perspectiva, a fome pode ser compreendida como uma ruptura dos processos de lugarização. Quando os indivíduos são excluídos das condições materiais e simbólicas necessárias para participar da vida urbana, tornam-se incapazes de construir vínculos significativos com os territórios que habitam. A cidade transforma-se em espaço de sobrevivência, mas não de pertencimento. O sujeito ocupa o território sem conseguir inscrevê-lo em sua experiência de identidade e reconhecimento.

Essa condição aproxima-se das reflexões de Milton Santos (2008) sobre a produção desigual do espaço urbano. O acesso aos recursos da cidade, materiais e simbólicos, distribui-se de forma profundamente desigual. Certos grupos acumulam oportunidades de participação e reconhecimento, enquanto outros permanecem confinados a territórios marcados pela precariedade e pela invisibilidade. A fome, nesse contexto, não é apenas biológica; é também territorial, cultural e existencial.

É precisamente diante dessas formas de exclusão que emergem as práticas de resistência. A resistência urbana não deve ser compreendida apenas como enfrentamento político direto ou mobilização institucional. Ela manifesta-se também na produção cotidiana de vínculos, memórias e formas de pertencimento. Cada gesto de ocupação simbólica do espaço, cada prática cultural comunitária e cada narrativa produzida a partir das margens constitui uma forma de resistência ao apagamento e à exclusão.

A resistência opera, portanto, como processo de reterritorialização simbólica. Ela permite que sujeitos e coletividades reconstruam sentidos para os territórios, produzindo novas formas de lugarização e

fortalecendo experiências de lugaridade. O espaço urbano deixa de ser apenas cenário de desigualdades para tornar-se campo de criação, memória e reinvenção.

Nesse movimento, os conceitos de topofilia e utopia assumem papel decisivo. A topofilia, conforme formulada por Tuan (1980), refere-se ao vínculo afetivo estabelecido entre os sujeitos e os lugares. Trata-se da dimensão emocional da experiência espacial, responsável pela construção de pertencimentos e identidades territoriais. A topofilia revela que os lugares não são apenas ocupados; eles são amados, lembrados e incorporados à existência dos sujeitos.

A utopia, por sua vez, representa a capacidade de imaginar outras formas de cidade. Diferentemente de uma fantasia desvinculada da realidade, ela funciona como horizonte crítico capaz de orientar processos de transformação social. A utopia permite questionar as formas atuais de organização urbana e projetar alternativas mais inclusivas, democráticas e humanas.

A articulação entre topofilia e utopia revela que a cidade não é apenas aquilo que existe, mas também aquilo que pode vir a existir. Os sujeitos produzem vínculos com os lugares ao mesmo tempo em que projetam novos sentidos para eles. Essa capacidade de imaginar e construir outras territorialidades constitui uma das expressões mais importantes da resistência urbana.

É nesse horizonte que o conceito de direito à cidade adquire sua plena relevância. Conforme argumenta Lefebvre (2001), o direito à cidade não se reduz ao acesso aos equipamentos urbanos ou aos serviços públicos. Ele implica o direito de participar da produção dos sentidos da cidade, de construir pertencimentos e de intervir na configuração dos territórios. Trata-se do direito de produzir lugarização e lugaridade, transformando a cidade em espaço de realização humana.

Arte, fome e resistência revelam, portanto, dimensões inseparáveis da experiência urbana contemporânea. A arte produz sentidos e pertencimentos; a fome evidencia as rupturas provocadas pelas desigualdades; a resistência cria possibilidades de reterritorialização simbólica. Juntas, essas dimensões demonstram que o labirinto simbólico da cidade não é apenas espaço de alienação e sofrimento, mas também território de criação, memória e transformação.

Ao final, compreende-se que os processos de reterritorialização simbólica constituem uma resposta às forças de desterritorialização presentes na cidade contemporânea. Eles reafirmam a capacidade humana de produzir sentidos, construir vínculos e reinventar os espaços que habita. É justamente nessa tensão entre exclusão e pertencimento, entre sofrimento e criação, entre perda e reinvenção, que se revela a potência política e existencial do urbano contemporâneo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da compreensão de que a cidade contemporânea não pode ser reduzida a uma realidade material composta por edificações, infraestruturas e fluxos econômicos. Ao contrário, a cidade

foi aqui concebida como um território simbólico complexo, atravessado por memórias, afetos, relações de poder e disputas por reconhecimento. Nesse horizonte, propôs-se o conceito de labirinto simbólico como categoria analítica capaz de interpretar os processos pelos quais os sujeitos produzem sentidos, constroem pertencimentos e enfrentam experiências de exclusão no espaço urbano.

A principal contribuição teórica deste trabalho consiste justamente em deslocar a noção de labirinto simbólico do campo metafórico para o campo analítico. O conceito permitiu compreender a cidade como uma trama dinâmica de relações culturais, afetivas, políticas e imaginárias que estruturam os processos de subjetivação contemporâneos. Diferentemente de perspectivas que privilegiam apenas a dimensão física ou funcional do urbano, a abordagem aqui desenvolvida evidencia que a cidade é simultaneamente espaço de orientação e desorientação, reconhecimento e invisibilidade, pertencimento e estranhamento.

A investigação demonstrou que os processos de lugarização e lugaridade constituem mecanismos fundamentais da produção das subjetividades urbanas. Por meio deles, os sujeitos transformam espaços em lugares significativos, atribuem sentidos aos territórios que habitam e constroem referências simbólicas que orientam suas trajetórias existenciais. A cidade deixa de ser mero cenário das relações sociais para tornar-se elemento ativo na constituição das identidades, dos afetos e das formas de pertencimento.

Ao mesmo tempo, verificou-se que tais processos não ocorrem em contextos neutros. A cidade contemporânea é atravessada por desigualdades econômicas, disputas territoriais e mecanismos de exclusão que condicionam as possibilidades de reconhecimento e participação social. Nesse sentido, o labirinto simbólico revela-se também como um labirinto político, no qual diferentes grupos disputam o direito de produzir sentidos, inscrever memórias e afirmar suas formas de existência no espaço urbano.

A análise do Terreiro de Jesus e do Palácio das Artes permitiu evidenciar empiricamente como os processos de lugarização e lugaridade operam em territórios concretos. Os dois espaços revelam que a produção dos lugares resulta de complexas articulações entre memória, cultura, poder e resistência. Ambos demonstram que a cidade é continuamente reconstruída por práticas sociais que atribuem significados aos territórios e transformam espaços em referências identitárias e afetivas.

O diálogo com a psicanálise lacaniana contribuiu para compreender como a cidade participa da constituição dos desejos, das formas de reconhecimento e das experiências de alienação que caracterizam a vida contemporânea. O mal-estar urbano revelou-se como expressão das tensões existentes entre a necessidade humana de pertencimento e as dinâmicas de fragmentação e mercantilização que atravessam a modernidade tardia. Nesse contexto, a alienação pode ser compreendida como uma crise dos processos de lugarização, marcada pela dificuldade dos sujeitos em construir vínculos significativos com os territórios que habitam.

Por sua vez, a reflexão sobre arte, fome e resistência permitiu identificar os processos de reterritorialização simbólica que emergem em resposta às forças de exclusão e desterritorialização presentes

na cidade contemporânea. A arte revelou-se como instrumento privilegiado de produção de sentidos e pertencimentos, enquanto a fome evidenciou as múltiplas formas de privação, materiais e simbólicas, que atravessam a experiência urbana. Já a resistência apareceu como capacidade de produzir novas territorialidades, reconstruindo vínculos e ampliando possibilidades de participação na vida da cidade.

A incorporação das contribuições de Milton Santos, David Harvey e Raquel Rolnik ampliou a análise ao demonstrar que os processos de lugarização e lugaridade estão inseparavelmente vinculados às condições históricas e políticas de produção do espaço urbano. A cidade não é apenas vivida; ela é produzida, disputada e transformada por relações de poder que condicionam o acesso aos recursos materiais e simbólicos necessários à construção dos pertencimentos.

Por fim, conclui-se que o direito à cidade deve ser compreendido para além do acesso à infraestrutura urbana ou aos serviços públicos. Trata-se do direito de participar da produção dos sentidos da cidade, de construir lugares, de inscrever memórias e de produzir formas de existência socialmente reconhecidas. O direito à cidade é, em última instância, o direito à lugarização e à lugaridade.

Assim, o conceito de labirinto simbólico permite compreender a cidade contemporânea como espaço de permanente tensão entre alienação e pertencimento, exclusão e reconhecimento, desterritorialização e reterritorialização. É nesse campo de disputas que as subjetividades urbanas se constituem, revelando que a cidade é, simultaneamente, território de sofrimento e de criação, de desigualdade e de resistência, de perda e de reinvenção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. O flâneur e a cidade moderna: representações urbanas na literatura brasileira. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 27-44, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

O LABIRINTO SIMBÓLICO DA CIDADE: LUGARIZAÇÃO, LUGARIDADE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO URBANO CONTEMPORÂNEO

- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROUANET, Sergio Paulo. Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SEAMON, David. Life takes place: phenomenology, lifeworlds and place making. London: Routledge, 2017.
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.